

## [IN]SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR

Daiane Loreto de Vargas<sup>1</sup>  
Sílvia Naiara Borba<sup>2</sup>  
Cristiane Maria Tonneto Godoy<sup>3</sup>

### Resumo

O termo desenvolvimento sustentável surgiu como uma proposta de mudança de paradigma, quanto à forma de viver da sociedade moderna. Tendo em vista que a padronização da vida social e das formas de consumo passou a ser idealizada por uma questão estritamente econômica. Fato que tem sido motivo de críticas e de vários estudos acadêmicos, onde se analisa o cenário de insustentabilidade socioambiental que tem sido gerado, o qual tem influenciado na questão da segurança e da soberania alimentar dos povos. Este trabalho tem por finalidade debater com base teórica e crítica a necessidade de abranger um padrão mais elevado na escala do desenvolvimento sustentável, retratando quais os desafios da segurança e da soberania alimentar no Brasil, metodologicamente faz-se um resgate bibliográfico explorando o tema proposto.

**Palavras-chaves:** segurança alimentar, socioambiental, desenvolvimento sustentável.

### INTRODUÇÃO

A palavra desenvolvimento, que antes era sinônimo de progresso e crescimento, hoje passa por outro enfoque, o da sustentabilidade. Para que se alcance a sustentabilidade é preciso que uma série de indicadores econômicos, culturais, políticos, tecnológicos, ambientais, éticos e sociais atuem de forma integrada. Alguns autores tem se dedicado a essa discussão: Goodland (1997), Guzmán (2009), Ruscheinsky (2004), Caporal e Costabeber (2007), entre outros.

O novo paradigma surge de uma necessidade socioambiental, pois o modelo econômico vigente estava degradando tanto o meio ambiente, quanto a sociedade como um todo, transformando o mundo em um lugar insustentável. A menos de 60 anos tomávamos como base para o desenvolvimento somente os aspectos econômicos, o que acarretou em extrema competitividade e desgaste dos recursos naturais pelo atual modelo convencional proposto para a agricultura. O mercado tomou um rumo extremamente individualista e transformou a racionalidade da sociedade, onde o atual padrão de vida e de consumo social não se sustenta.

<sup>1</sup> Tecnóloga em Agropecuária (UERGS), Mestre e Doutoranda em Extensão Rural (UFSM). E-mail: [loretodevargas@gmail.com](mailto:loretodevargas@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Zootecnia (UFSM). E-mail: [naiara\\_seb@yahoo.com.br](mailto:naiara_seb@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Engenheira Agrônoma (UFSM), Mestre e Doutoranda em Extensão Rural (UFSM). E-mail: [guriaccr@hotmail.com](mailto:guriaccr@hotmail.com)

Embora o Brasil seja considerado o celeiro do mundo, o alto preço dos alimentos tem oprimido os consumidores dos grupos menos favorecidos, contribuindo para o aumento das desigualdades sociais e ambientais em todas as regiões do país. Surgiu então a necessidade de discutir a segurança e soberania alimentar, no sentido de reivindicar o direito dos agricultores de produzir seus próprios alimentos utilizando o seu “saber-fazer” e o reconhecimento dos direitos dos consumidores de decidir sobre o que consumir, como e por quem é produzido, o direito dos países de defender-se contra uma agricultura que pratica preços abaixo do custo de produção e contra a importação dos alimentos e a necessidade dos preços terem relação com os custos da produção.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo discutir com base teórica e crítica a necessidade de atingir um padrão mais elevado na escala do desenvolvimento sustentável, retratando os desafios das temáticas supracitadas no Brasil, tendo realizado para isso, um amplo resgate bibliográfico.

## 1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Desenvolvimento Sustentável (DS) é uma necessidade do mundo atual, muito em função do modelo de agricultura que o Brasil segue a mais de 30 anos. Um modelo importado dos Estados Unidos da América, o conhecido modelo dos pacotes tecnológicos, a Revolução Verde (CARVALHO, 2007). Um padrão tecnológico que preconizava a maximização da produção agrícola a qualquer custo. Gerou, entre outras coisas, pobreza, exclusão social, êxodo rural, degradação do solo, dos recursos naturais, perda da biodiversidade local e do “saber-fazer” da população rural.

Contextualizar sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável como queiram, é uma tarefa árdua. O Relatório de Brundtland discutido em 1987 propôs-se a isso e definiu que desenvolvimento sustentável é: "suprir as necessidades da geração presente sem afetar a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades". Assim, nas discussões da Agenda 21 propôs-se a mudança para sustentabilidade. Mesmo assim, com esse enfoque sistêmico e geral, ainda não é o consenso entre todos (AGENDA 21 BRASILEIRA, 2000).

Mas este conceito é extremamente complexo quando convertemos seu significado a realidade atual, porque é complicado desenvolver em harmonia com as limitações ecológicas do planeta. Ou seja, sem destruir o meio, o agroecossistema e seus

recursos, para que as gerações futuras tenham a chance de existir e viver bem, de acordo com as suas necessidades (melhoria da qualidade de vida e das condições de sobrevivência).

O DS preocupa-se não somente com a geração de riquezas, mas em como melhor distribuí-las, pensando ainda na qualidade de tudo que é repassado para as pessoas e como isso foi retirado do meio ambiente. De acordo com Mendes (2008, p. 2), o DS possui seis aspectos prioritários que devem ser entendidos como metas:

1) A satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc); 2) A solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver); 3) A participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal); 4) A preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc); 5) A elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo, os índios); 6) A efetivação dos programas educativos (principalmente os de consciência ambiental e preservação do meio ambiente).

Para não encerrar essa discussão tão abrangente e complexa, sabendo-se que muitos são os debates acerca desse tema, Ruscheinsky (2004) coloca que, a sustentabilidade transparece conter ou contemplar um movimento social histórico, sendo um elemento agregador e mediador, portador de um projeto de mudança universal, com fôlego para articular setores sociais díspares provenientes de movimentos sociais, de agências estatais, do mundo acadêmico e das ONGs.

Na verdade não podemos ficar imobilizados por esta falta de consenso, pois este pressuposto da ciência convencional de que para agir no sentido da sustentabilidade é necessário um conceito claro e operacionalizável, tem seu contraponto na história de determinados grupos sociais que alcançaram importantes contextos de sustentabilidade, ainda que desconhecendo a lógica formal ocidental do significado de um conceito (CAPORAL E COSTABEBER, 2007).

Os autores citam na obra “Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável” apresentada no “I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável” (2003, p. 2) que:

A perspectiva desenvolvimentista, notoriamente hegemônica no período pós Segunda Guerra, orientava para o crescimento econômico, permanente e baseado no consumo abusivo de recursos naturais não renováveis, como condição básica e indispensável para que as sociedades tidas como *subdesenvolvidas* superassem o 'atraso' e alcançassem o 'progresso', condição já presente nas nações e sociedades consideradas como *desenvolvidas*. Os problemas gerados nesse processo e as insuficiências desse enfoque já são bastante conhecidos [...] o reconhecimento da crescente insustentabilidade do modelo convencional de desenvolvimento resultou de uma série de eventos [...] que ao longo dos últimos 40 anos, vem despertando a comunidade científica e a opinião pública sobre a necessidade de novos enfoques, mais respeitosos com o meio ambiente, socialmente desejáveis, politicamente aceitáveis e viáveis sob o ponto de vista econômico.

Em contrapartida a esse cenário que estuda, conceitua pesquisa e desenvolve metodologias para que o novo paradigma chegue a realidades de todos os recantos, o agronegócio se apresenta, relatando o Brasil, com números expressivos que mascaram a realidade do país, em função da desigualdade social e da "in" segurança alimentar pela qual passa a sociedade brasileira.

## 2. REALIDADE INSUSTENTÁVEL

Embora o Brasil seja considerado o celeiro do mundo, os crescentes preços dos alimentos tem oprimido os consumidores das classes menos favorecidas, contribuindo para o aumento das desigualdades sociais em todas as regiões dos países, os principais produtos produzidos aqui são para o abastecimento externo. A inflação, as altas taxas de juros, impostos e a degradação ambiental causada pela maximização da economia com pacotes tecnológicos importados de outros países, com objetivos de incentivar as cadeias do agronegócio a qualquer preço.

O Brasil esta perdendo a valiosa biodiversidade de seus ecossistemas naturais: Mata Atlântica, Cerrado, Pampa e Pantanal estão ameaçados. Estudos alertam que o Pantanal está correndo sérios riscos de desaparecer numa média de 45 anos, se continuar a ser devastado a uma percentagem de 2,3% ao ano, a situação é ainda pior se forem avaliados os dados referentes a Mata Atlântica, de toda a Mata existente na época do descobrimento do Brasil restam somente 8%, já o Cerrado possui somente 22% do seu ecossistema original (WEISSHEIMER, 2006).

A grande e valiosa biodiversidade do Brasil passa por um processo de padronização, em função da entrada da produção de *commodities* no país e a perda do conhecimento do produtor, quanto às formas de manejo sustentáveis que preservam seu ecossistema natural. Ou seja, o ingresso do agronegócio aliado ao poder capitalista, que juntos transforma nossa agricultura em comércio, exportação, destruição ambiental, esta contribuindo para a perda do “saber fazer” do produtor rural e gerando uma erosão sócio-cultural na sociedade (JUNGES, 2008).

A busca da modernização do campo sem precedentes está gerando uma alta nos preços dos alimentos, excluindo ainda mais as camadas mais pobres da população, o agronegócio ocupa uma grande área de terras no Brasil, sendo que 43% do total dessas terras são ocupadas pela soja e pela pecuária extensiva, outra monocultura em expansão é a cana-de-açúcar utilizada, na maior parte, para a exportação de etanol (BENAYON, 2008). O principal produto da soja é o farelo de soja, com objetivo de formular rações para a alimentação de animais no exterior, a pecuária também gera produtos de exportação, carnes para a mesa da classe média e alta dos países importadores.

Por outro lado, a situação ambiental se deteriorou, no último quarto de século surgiram 13 novas doenças infecciosas, decorrentes de desequilíbrios ambientais, com um custo estimado de 550 bilhões de dólares para a saúde pública. Os níveis médios da sociedade ganharam 10% de riqueza em relação aos pobres, enquanto que os mais ricos ganharam 23% em relação aos setores médios (WEISSHEIMER, 2006).

Nesse sentido, Leite e Pietraffesa (2003) relatam que é comum a desnutrição em pessoas que possuem suas necessidades energéticas, alimentares, corretamente atendidas, gerando quadros de enfermidades no futuro, devido à inadequada dieta. Os mesmos autores descrevem que a fome no Brasil não é em função de falta de alimentos e sim em função da desregular distribuição de renda, gerando uma falta de poder aquisitivo e de acesso aos meios de produção.

Essa economia está gerando que tipo de sociedade? Uma das recomendações aprovadas por 170 chefes de Estado, durante a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), defendeu a necessidade de adoção de sistemas de contabilidade nacional mais abrangente, incluindo critérios sociais e ambientais, e não apenas monetários. Mas, a contabilidade suicida dos economistas segue dando às cartas, enquanto assistimos todos os dias na televisão, meio atordoados, a contínua destruição das principais riquezas naturais do país e do planeta (WEISSHEIMER, 2006, p. 5).

Para construir um processo mais igualitário é necessário que haja programas que promovam a igualdade do setor produtivo, sem afetar a capacidade de regeneração do sistema. Para tanto, atingir o desenvolvimento rural não é apenas resolver os aspectos ambientais pertinentes a questão, mas também fortalecer a idéia da equidade social. Nesse sentido, os programas de desenvolvimento rural fortalecem:

Las propuestas nuevas de desarrollo rural están centradas mas bien en la promoción de instituciones y organizaciones locales capaces de responder a las demandas de los campesinos y pequeños productores. Dichas propuestas buscan movilizar los recursos locales, humanos, económicos y de conocimiento, existentes en las comunidades y darles una forma organizativa particular, que permita responder a las demandas para las cuales los campesinos tienen una demanda efectiva y están dispuestos a contribuir a ellos. Parte de la idea que si dichos servicios les entregan apoyos que tienen un resultado efectivo, en forma de mejoras de ingresos, los campesinos estarán dispuestos a pagar por ello. En buena parte de casos las organizaciones locales están en capacidad de entregar esos servicios a costos más bajos que las similares, publicas o privadas, pues tienen costos de transacción inferiores. Dichas organizaciones deben lograr un buen arreglo entre la tecnología que busca ofertar y la organización, en términos de gestión, secuencias de expansión incentivos, etc. Al mismo tiempo debe ser eficientes y efectivas (CHIRIBOGA, 1999, p. 6).

### **3. AGROECOSSITEMAS SUSTENTÁVEIS: UMA NECESSIDADE FRENTE A ATUAL INSUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

A utilização da ciência e de novas tecnologias impôs um novo manejo dos recursos naturais, substituindo o conhecimento local, com isso a natureza passou a ser dominada pelo homem, o qual visando o lucro e a conquista de mercados começou a substituir o manejo dos recursos naturais e a produção de base ecológica pelos processos biológicos (GUZMÁN, 2009).

A economia humana utiliza atualmente 40% da produção primária de fotossíntese terrestre, provocando erosão do solo, contaminação dos rios, desigualdade social e ambiental. Além do aquecimento global, a temperatura média está aumentando em função do alto consumo de dióxido de carbono liberado pelo petróleo e pelo gás natural, ocasionando danos a agricultura e a intensidade de fenômenos naturais que antes eram raros (GOODLAND, 1997).

A atividade humana contribui para a degradação da camada de ozônio, aumentando a radiação ultravioleta, o câncer de pele e a redução da eficácia do sistema imunológico, dentre outras anormalidades. Outra consequência visível é a degradação ambiental, a qual tem ocasionado perda de produtividade das culturas, salinização, desertificação e erosão do solo. Temos atualmente 35% do solo terrestre degradado (GOODLAND, 1997).

Quanto à biodiversidade, está ocorrendo extinção de espécies, desaparece anualmente em torno de 5.000 espécies, a causa é a invasão do seu habitat natural. No passado esses dados eram bem diferentes, pois, o subsistema econômico era reduzido em relação ao ecossistema global, o inverso do que presenciamos hoje (GUZMÁN, 2009).

Limites localizados e limite global, os subsistemas econômicos ultrapassam os limites e a capacidade de receber resíduos humanos, que aumentam cada vez mais e são jogados nas águas dos oceanos (GOODLAND, 1997). A modernização e a globalização impuseram seu conceito de padrão de vida ditado pelos países industrializados, que também impuseram o conceito de subdesenvolvimento e de desenvolvimento.

Diante do cenário de insustentabilidade socioambiental, nasce a nível mundial um consenso pela necessidade de novas estratégias, que contribuam para a construção de agroecossistemas sustentáveis, visando a segurança na produção de alimentos e a preservação ambiental (ALTIERI E NICHOLLS, 2000).

#### **4. NECESSIDADE DA SEGURANÇA E DA SOBERANIA ALIMENTAR**

Diante da fome e da miséria dos países subdesenvolvidos, surge a soberania alimentar que se define por:

“Soberania alimentar é o direito dos indivíduos, das comunidades, dos povos e dos países de definir as políticas próprias da agricultura, do trabalho, da pesca, do alimento e da terra. São políticas públicas ecológicas, sociais, econômicas e culturais, adaptadas ao contexto único de cada país. Inclui o direito real ao alimento e à produção do alimento, o que significa que todo mundo tem o direito ao alimento seguro, nutritivo e adaptado à sua cultura e aos recursos para produção de comida; à possibilidade de sustentar-se e sustentar as suas sociedades”.

Esses conceitos começam a ser discutidos na Primeira Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, este foi um espaço público de construção de políticas voltadas para a agricultura familiar, o qual se converteu num interessante laboratório para a análise desse novo formato de “fazer” política pública nacional (KISCHENER, 2004).

Foram discutidos assuntos relevantes como: prioridade da produção agrícola local para alimentar a população local (o saber fazer local); acesso da agricultura familiar, dos povos que vivem da pesca e dos sem-terras a terra, água, sementes, matrizes de gado, e crédito, incentivo a diversificação da produção, reforma agrária e a luta contra os transgênicos.

Reivindicando o direito da população ao direito ao alimento, o direito dos agricultores familiares de produzir alimentos e o reconhecimento dos direitos dos agricultores, o direito dos consumidores de decidir sobre o que consumir, como e por quem é produzido, o direito dos países de defender-se contra uma agricultura que pratica preços abaixo do custo de produção e contra a importação dos alimentos, a necessidade dos preços terem relação com os custos da produção, a participação da população, incentivos a agroecologia.

A Soberania Alimentar pretende construir um novo paradigma agro-alimentar baseado na implementação do direito à alimentação, no acesso dos camponeses aos recursos, numa produção sustentável e na prioridade aos mercados e circuitos de comercialização locais. Propõe resolver o problema da escassez de alimentos. É uma ferramenta metodológica para analisar e compreender vários fenômenos complexos e uma estratégia para abordar os problemas da agricultura mundial e da fome no início do séc. XXI (GUIMARÃES, 2008, p.4)

Este é um direito da população que hoje com várias doenças, inclusive psíquicas devido a falta de qualidade nutricional dos alimentos. Essa realidade pode ser revertida com as iniciativas do desenvolvimento sustentável como a valorização do saber fazer cultural da população rural, a valorização da agricultura familiar e a diversificação das propriedades rurais, respeitando a identidade local e também através dos instrumentos como as políticas públicas, a legislação que deve na prática proteger o meio ambiente.

A modernização da agricultura, nas últimas décadas, tem provocado muitas mudanças no cenário social, refletindo inclusive na [in] segurança alimentar dos



próprios agricultores. Isto porque neste modelo de produção [excludente] que acabou integrando a agricultura familiar às grandes cadeias mercantis, priorizando as “commodities” para o mercado mundial, desvalorizou a produção de alimentos para o consumo das famílias agricultoras (REDIN et al, 2009).

Pode-se argumentar que, nesse contexto, induzidos pelas políticas de crédito rural para as atividades de grande escala, a agricultura familiar necessitou abandonar os cultivos de subsistência para adequar-se a lógica capitalista. Em busca de maior lucratividade por hectare, muitas vezes, abandona-se a agricultura diversificada e assume-se a especialização em um, ou no máximo dois, produtos de apelo de mercado.

Esse reflexo evidente, da especialização perante a lógica produtiva empresarial, em que está modificando a racionalidade da agricultura familiar afeta diretamente a segurança alimentar seja dos próprios agricultores, que não plantam mais o alimento e tendem a ir aos centros urbanos adquirir, com a renda gerada na agricultura, o alimento. Ou ainda, pelo fato da importante contribuição da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil, que está em torno de 75% da produção total. Ao abandonar essa prática, todo um sistema dependente dessa classe é afetado provocando influencia nas suas práticas alimentares, bem como possivelmente na sua dieta.

Esse processo de simplificação da dieta pelo abandono da produção para subsistência gera o que Balem e Silveira (2005) denominam de *erosão cultural alimentar*, definida como a perda gradativa de uma alimentação variada, mais complexa nutricionalmente, alicerçada na cultura do agro e adoção de práticas e hábitos alimentares urbanos.

De acordo com os autores, esse processo tem levado a uma situação de não soberania alimentar dos agricultores, pois a família não é mais o destino das atividades agrícolas, muito menos tem poder de decisão de como plantar, pois tudo já está definido dentro do pacote tecnológico e mercadológico do qual estão inseridos. Sendo assim, não são mais capazes de atender as necessidades alimentares de sua família, dependendo de uma renda monetária para garanti - lá.

Todo esse contexto, retratado sobre a lógica da agricultura familiar vem em decorrência do alto poder de influência do agronegócio que faz com que a agricultura de pequena propriedade rural estabeleça nesse contexto, mesmo muitas vezes sendo

inviável economicamente. Por trás de tudo isso, a soberania alimentar é afetada diretamente e os problemas são persistentes e sem dúvida, preocupantes.

Deve ser incentivada a participação das pessoas envolvidas, não devemos inserir um pacote, mas construir um sistema com a participação e valorização das pessoas e do seu conhecimento e também deve ser incentivada a economia solidária com destaque para o cooperativismo, importante neste sentido. Pois, no sistema cooperativista há uma troca de experiências, pelo convívio com as mais diferentes realidades e as várias formas de fazer (REDIN E VARGAS, 2009).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da degradação do meio ambiente, do fator social que aponta a diferença dos grupos sociais, o desenvolvimento sustentável se apresenta como importante e ao mesmo tempo difícil de ser implementado no cenário atual. Vários autores apontam para soluções como, por exemplo: dar prioridade ao apoio da agricultura familiar, da reforma agrária, da produção diversificada de alimentos básicos para o consumo das famílias. Questões que contribuem para a garantia da segurança alimentar e das necessidades básicas da sociedade.

Os autores acreditam ainda, ser necessário investir em questões como educação e priorizar as ações relacionadas ao meio ambiente, aos aspectos culturais de cada região e ainda, que as políticas públicas devem priorizar um melhor desenvolvimento socioambiental, onde as desigualdades sociais e ambientais sejam, pelo menos, atenuadas. Essa seria uma proposta sustentável, sendo possível através do resgate do “saber fazer” da população rural, com a valorização de sua cultura e de suas formas de fazer.

Nesse sentido, uma crítica se faz relevante, é quanto às influências da globalização e do capitalismo sobre a alimentação da população, modificando e transformando os alimentos, estes perdendo o valor nutricional, desencadeando uma série de reações no organismo humano que culminam, nos últimos tempos, com o surgimento de várias doenças. Também é interessante a mudança do meio rural em função do marketing, da propaganda, da influência da mídia. Aí novamente a globalização atuando sobre a alimentação, tanto dos urbanos quanto dos rurais.

Por este contexto é interessante o meio acadêmico levar ao conhecimento da sociedade em geral os vários desafios, em termos de segurança e da soberania alimentar frente ao poder do agronegócio brasileiro, principalmente em sinal de alerta a população quanto à mudança que o homem está sofrendo com várias novas doenças surgindo, desequilíbrio nutricional e muito mais em função dessa erosão alimentar que nós estamos condicionados pelo poder do capital.

Por fim, e com base no pensamento de Junges (2006), reiteramos que o maior dever ético da sociedade é por “motivos éticos e patrimoniais”. Os seres humanos têm por dever não eliminar outras formas de vida, deixando que às gerações futuras tenham o direito de desfrutar dos ecossistemas naturais, já que estes são classificados pelo autor como “laboratórios” para a compreensão da evolução e da sobrevivência da humanidade.

Coloca-se, como pressuposto básico, para atingirmos um padrão superior na escala do desenvolvimento sustentável, a suavização dos impactos que a população tem sofrido no que tange ao seu padrão de consumo alimentar. A importância dos instrumentos para a realização do desenvolvimento sustentável, tais como: políticas públicas, legislação com fiscalização e a fundamental atuação dos profissionais das ciências rurais no sentido educativo e conscientizador da população.

## REFERÊNCIAS

AGENDA 21 BRASILEIRA. **Bases para a discussão**. Washington Novais (Coord.) Otto Ribas e Pedro da Costa Novaes. MMA/PNUD. Brasília, 2000.

ALTIERI, M; NICHOLLS, C, I. **Agroecología: teoría y práctica para una agricultura sustentable**. Série Textos Básicos para la Formación Ambiental. 1ª Edición. México: PNUMA, 2000, p.250.

BALEM, T.; SILVEIRA, P. R. C. **A Erosão Cultural Alimentar: processo de insegurança alimentar na agricultura familiar**. In: Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, Anais. 2005. Disponível em: <[www.ufsm.br/desenvolvimentorural](http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural)>, Acesso: 10 de ago. de 2012.

BENAYON, A. **Alta de preços dos alimentos no Brasil, crônicas e críticas da América Latina** – um lugar para o debate honesto, livre e inteligente. 2008. Disponível em: <<http://cafenapolitica.blog.br/blog/archives.php?showall=1>>. Acesso: 12 de ago. de 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural:** contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER. 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável.** “I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável”, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS/ 2003. p.157-194.

CARVALHO, H. M. **IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DEVIDO Á EXPANSÃO DA OFERTA DO ETANOL NO BRASIL. CURITIBA, 2007. DISPONÍVEL EM: <[WWW.LANDACTION.ORG/SPIP/SPIP.PHP?ARTICLE190](http://WWW.LANDACTION.ORG/SPIP/SPIP.PHP?ARTICLE190) - 90K>. ACESSO EM: 02 DE AGO. DE 2012.**

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo, Cortez Editora, 1995. 429 p.

CHIRIBOGA, M. **Que hemos aprendido en desarrollo rural en los 90?** IICA, San José, 1999.

GOODLAND, R. **La tesis de que el mundo está en sus límites. Medio ambiente y desarrollo sostenible : más allá del informe Brundtland.** p. 19 -36, 1997. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=576942>>. Acesso: 04 de ago. de 2012.

GUIMARÃES, G. M. **Agricultura familiar e sustentabilidade sistematização do seminário:** “soberania alimentar e identidade territorial” (mimeo), 2008

GUZMÁN, E. S. **Agroecología y desarrollo rural sustentable:** una propuesta desde latino américa. 2009. Disponível em: <<http://geografiaposgrado.files.wordpress.com/2009/04/agroecologiaydesarrollorural.pdf>>. Acesso em: 07 de ago. de 2012.

JUNGES, J. R. **Bioética e meio ambiente no Brasil:** uma abordagem hermenêutica. Escola de formação fé, política e trabalho – Diocese de Caxias do Sul. Disponível em: <[www.pastoraldecaxias.org.br/](http://www.pastoraldecaxias.org.br/)>. Acesso em: 07 de ago. de 2012.

LEITE, T. S.; PIETRAFFESA, J. P. **Situação da (in)segurança alimentar no Brasil.** Revista da Proec: Tema Fome Made In Brazil. Publicação semestral da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFG. Ano V, Revista da UFG, Vol. 5, No. 1, abr 2003 on line. Disponível em: <[www.proec.ufg.br/](http://www.proec.ufg.br/)>. Acesso: 31 de ago. de 2012.

KISCHENER, M. A. **(Re) Educar para a vida?** Um retorno ao passado? A contribuição da agroecologia na transição para um mundo melhor. 2004. Disponível em: <<http://www.acompanhamentoproninc.org.br/producao/artigos/artigo-agroecologia.pdf>> Acesso: 02 de ago. de 2012.

MENDES, M. C. **Desenvolvimento Sustentável**. Viver Conciente, 2008. Disponível em:

<[http://www.viverconsciente.com.br/exibe\\_artigo.asp?codigo=76&codigo\\_categoria=9](http://www.viverconsciente.com.br/exibe_artigo.asp?codigo=76&codigo_categoria=9)>. Acesso: 02 de ago. de 2012.

REDIN, E. **O desafio da sustentabilidade**: o caso das agroindústrias da quarta colônia/RS/Brasil. In: IV Congreso Argentino y Latinoamericano de Antropología Rural. **Anais...** INTA, Mar Del Plata, NADAR, 2009.

REDIN, E. GUIMARAES, G. M., SILVEIRA, P. R. C. A agricultura Familiar e o cultivo do Fumo no Sul do Brasil: um estudo sobre a racionalidade dos atores do município de Arroio do Tigre, RS. In: IV Congreso Argentino y Latinoamericano de Antropología Rural, 2009, Mar del Plata. **Anais...** INTA, Mar Del Plata, NADAR, 2009.

REDIN, E.; VARGAS, D. L. **O cooperativismo e o desafio de cumprir seus princípios diante de um mundo capitalista e globalizado**: o contexto da Coriscal/RS/BRA. In: IV Congreso Argentino y Latinoamericano de Antropología Rural. **Anais...** INTA, Mar Del Plata, NADAR, 2009.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Sustentabilidade**: uma paixão em Movimento. Porto Alegre: Sulina. 2004.

WEISSHEIMER, M. A. **Carta Maior**: observatório de políticas públicas ambientais da América Latina e Caribe, GNU/GPL. Disponível em: <<http://www.joomla.org/>>. Acesso em: 07 de ago. de 2012.